



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 03/2015

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2015

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	15
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	35
- ENCERRAMENTO.....	35

ACTA N.º 03/ 2015

ABERTURA

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e quinze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Consolidação de Contas do ano de 2014;
- 2.3** - Declaração relativa à Contabilização do Capital do FAM;
- 2.4** - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e as Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis e Peso e Vales do Rio;
- 2.5** - Contrato de Delegação de Competências, pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social, com as Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis; Dominguiso; Orjais; Paul; São Jorge da Beira e Unhais da Serra;
- 2.6** - Assembleia da República – Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – Pedido de Emissão de Parecer:
 - Projecto-Lei nº 949/XII - Criação da Freguesia de Ourondo (iniciativa do PCP);
 - Projecto-Lei nº 950/XII - Criação da Freguesia de Casegas (iniciativa do PCP);
- 2.7** - Conselho Municipal de Segurança - alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º Lei 75/2013;
- 2.8** - Reorganização do Sector Empresarial Local - Propostas de cancelamento de participações sociais: Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; WRC-WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA;
- 2.9** - Processos de Visto Prévio do Tribunal de Contas - Adesões do Município da Covilhã: CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior; ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul; Associação Rede de Judiarias de Portugal - Rotas Sefarad;
- 2.10** - Acordo de Geminação entre o Município da Covilhã, Portugal e o Governo da Região Autónoma do Príncipe, S. Tomé e Príncipe;
- 2.11** - Eleição de um Representante das Freguesias: Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Comissão Municipal Protecção Civil.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro** e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: **Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Ilda da Conceição Alves Vaz (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Celso José Fonseca Bogalheiro (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Manuel José Esteves Horta e Dra. Ana Rita Aguilhar Ferreira Gaudêncio Mineiro**, tendo sido a ausência justificada pelo Senhor Dr. Paulo Tourais, Líder de Bancada do Movimento Acreditar Covilhã. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Joaquim António Matias, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 02/2015
DE 28 DE ABRIL**

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocada à votação, foi, a mesma ***aprovada por unanimidade***, não tendo participado na votação, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo, a **Senhora Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques e a Senhora D. Ilda da Conceição Alves Vaz (Boidobra)**.-----

EXPEDIENTE

- E-mail do Senhor Dr. João Carlos Izidoro Marques, Presidente da Comissão Política do Partido Socialista, a informar que o Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro é o novo Líder de Bancada do Grupo Parlamentar do PS;
- E-mail do Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo a remeter um Protesto, pela forma como o Senhor Presidente da Câmara se lhe dirigiu no decorrer da Sessão e um Requerimento a solicitar esclarecimento fundamentado sobre a afirmação “só é possível constituir uma provisão com a existência de uma sentença”;
- Ofício n.º 04/2015 da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo a remeter duas Moções, "Territórios de Baixa Densidade" e “Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela" apreciadas e aprovadas na Convenção Autárquica Municipal, que promoveu;
- E-mail do Senhor Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais a remeter um Requerimento, ao Senhor Presidente da Câmara, com um conjunto de questões sobre o PARQ C;

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a dar conhecimento dos Projectos-Lei n.ºs 949 e 950, com vista à criação das Freguesias de Ourondo e Casegas, entregues na Assembleia da República;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução sobre regulação de horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição;
- Ofício n.º 2162 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção "Delegação de Competências" e a informar que transmitiu o assunto ao Gabinete do Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter os pedidos de Apreciação Parlamentar, sobre os Decretos-Lei n.ºs 92,93 e 94/2015, que apresentou na Assembleia da República;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o pedido de Apreciação Parlamentar, referente ao Decreto-Lei n.º 80/2015, que apresentou na Assembleia da República;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução "Contra as Portagens na A23";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução, apresentado na Assembleia da República, que "Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos acordos Colectivos de Entidade Empregadora Pública".

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Prof. Reis Silva, Representante do Partido Comunista Português, fez uma Intervenção Política referindo: "A situação económica e social do País continua a agravar-se e a propaganda do Governo PSD/CDS-PP e do Presidente da República, intervindo de forma inaceitável como seu porta-voz, de que *o pior já passou*, afronta a realidade da vida dos trabalhadores e da grande maioria do Povo e conflitua com a verdadeira situação do País..." **(doc.01)**. -----

--- O Senhor Francisco Moreira, Representante do Partido Social-Democrata, fez uma Declaração Política referindo: "Nos últimos quatro anos, Portugal viveu uma situação excepcional e venceu-a: é hoje um País diferente, em manifesta recuperação e em condições de ser um País melhor..." **(doc.02)**. -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco, Representante do Movimento Acreditar Covilhã: "Nestes tempos conturbados em que os Municípios do Interior se esforçam, como nunca, para atrair investimento privado, vamos acompanhando nos Órgãos de Comunicação as notícias das captações alcançadas pelas Cidades da Região, como é o caso do novo CONTACT CENTER da ALTICE em Castelo Branco; das 10 novas empresas e 82 novos postos de trabalho na plataforma logística de iniciativa empresarial da Guarda, com investimento global de 3, 2 milhões de euros; do Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior, no Fundão, que resultou de um investimento de 300 mil euros por parte da Autarquia para financiar o investimento de 3 milhões de euros;

a criação do Polo Regional da Cova da Beira, do Centro de Competências Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional ou da assinatura do acordo de cedência do Convento de Santo António, também no Fundão, a investidores privados que pretendem transformar as suas ruínas num hotel de charme de 4 estrelas, num investimento que pode rondar os 3 milhões de euros.

Um pouco mais longe, em Viseu, um grupo empresarial com base em Espanha e no Brasil, vai construir a sua primeira unidade industrial Portuguesa, um investimento de cerca de 15 milhões de euros.

Por cá e passados que estão os meses de Maio e Junho, recordemos que o Senhor Presidente tinha prometido que em Maio, como mês do trabalho, seriam anunciadas diversas empresas aqui na Região. Aguarda-se já não com impaciência, mas com profunda inquietação pela apresentação das novas empresas, a que V. Exa. Senhor Presidente aludiu na última Sessão desta Assembleia, com um manancial postos de trabalho que iriam resolver o problema laboral do Concelho.

De qualquer forma e enquanto se aguarda por tal acontecimento convinha que V. Exa fizesse alguma coisa, por pouco que seja, para evitar que a TELEPERFORMANCE, por exemplo, saia da Covilhã. Já que se corre o risco real de que efectivamente saia, e de vez, por não lhe serem dadas condições para se expandir. Queira Deus que, devido à inércia deste Executivo que só fecha portas e seca plantas, não nos caia em cima mais um pesadelo, o de perder mais algum dos poucos empregos do sector privado que ainda vão restando e servindo de sustento para várias famílias.

Assim, pergunta-se a V. Exa em primeiro lugar: o que fez e o que pensa fazer para atrair novas empresas?

E por último, o que fez e pensa fazer para aqui manter a TELEPERFORMANCE?

Recorde-se que estas perguntas já foram feitas frequentes vezes.

Pede-se, dada a gravidade da situação, que seja mesmo concreto na sua resposta, Senhor Presidente". -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, Representante do Partido Socialista: "O Partido Socialista, tal como os outros Partidos, prepara-se para as Eleições Legislativas que vão decorrer em Outubro. Importa por isso, nesta Assembleia Municipal, fazermos uma reflexão sobre o actual momento político Nacional, que inevitavelmente tem implicações no âmbito local.

Para alguns, o actual momento político Nacional é um oásis, um manancial de oportunidades e de sucessos, não tendo qualquer relevância as dificuldades sentidas pela maioria dos Portugueses que se encontram em situação de desemprego e pobreza. O País ideal, o País do sonho que o Governo nos tenta vender não encontra eco na realidade dos Portugueses.

Recordemos que este é o Governo que disse que, não só, concordava com o programa de ajuda externa, como pretendia com a sua governação ir além da Tróica. Não admira por isso que tenha um conjunto de medalhas para mostrar e colocar na lapela, nomeadamente: a medalha do Governo que maior taxa de desemprego conseguiu; a medalha do Governo que maior número de desempregados criou; a medalha do Governo que maior taxa de desemprego Jovem conseguiu; a medalha do Governo que maior taxa de emigração conseguiu, só encontra paralelo nos anos 60 na altura da Guerra Colonial; a medalha do Governo que conseguiu o maior aumento da dívida da história da democracia em Portugal; a medalha do Governo que utiliza o Estado ao serviço do Partido, instrumentalizando os dirigentes públicos de modo a verificarem se as propostas do Partido Socialista coincidem com as medidas adoptadas pelo Governo.

Este é o Governo que utiliza a Tróica e a sua intervenção em Portugal para implementar uma política de alteração profunda do ponto de vista ideológico, reduzindo os direitos dos Trabalhadores, as prestações sociais e aumentando as privatizações, privatizando o que dá lucro.

Repare-se que se privatizou a TAP por 10 milhões de euros e o Oceanário que dá mais de 1 milhão de euros de lucro por ano, por apenas 9 vezes mais, isto é, 88 milhões de euros. Assistimos a um Governo que se aproveita da intervenção Internacional para levar a efeito uma revolução ideológica, alterando as relações sociais que estão estabelecidas. Um Governo absolutamente insensível com as políticas da Interioridade. Para este Governo, o Interior é um peso, um fardo, não só porque não tem pessoas, mas também porque na sua óptica não vale a pena cá investir.

Apelo por isso a esta Assembleia Municipal para que lute por um Governo que garanta um investimento público no Interior, semelhante àquele que temos no Litoral, que garanta às pessoas e aos empresários do Interior as oportunidades que temos no Litoral. É este o apelo que deixo nesta Assembleia Municipal, porque tenho a certeza que o desenvolvimento do Interior é uma causa que nos une a todos, independentemente do Partido que cada um nós aqui representa.

Estou, por isso, muito convicto que nas próximas Eleições Legislativas os Portugueses vão ter memória. Vão recordar-se destes quatro anos de sofrimento. Não vai ser o medo, derivado da situação Internacional, ou deste discurso delícodoce do Governo (fazendo pequenas concessões, como sejam a actualização do salário mínimo Nacional, que já tinha também sido negociado anteriormente a este Governo) que vai fazer com que os Portugueses nas urnas não dêem a resposta que devem dar e que é merecida dar a este Governo". -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: "Foi este mês publicado, pelo INE, o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional. Este índice revela o retrato territorial sobre a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental..." (**doc.03**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro felicitou o Executivo Municipal pelo trabalho desenvolvido ao longo de um ano e oito meses de Mandato. Trabalho que considera muito árduo e difícil, mas que tem sido desenvolvido com responsabilidade e tem produzido resultados.

"A Bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, manifesta o apoio, a este Executivo Municipal. De facto, este executivo tem conseguido estabilizar a situação financeira do Município da Covilhã e aliar não só a conclusão de obras iniciadas no anterior Mandato mas também lançar novos investimentos, como a estrada Municipal 512 e a 1.ª fase da Barragem da Ribeira das Cortes. Não haverá muitos Municípios no Interior que se possam orgulhar de ter em curso, do ponto de vista Municipal, 15 milhões de euros de obras. Muito provavelmente, não haverá nenhum que o consiga fazer na situação financeira actual. Quero por isso dizer-lhe Senhor Presidente, e a todos os Membros do Executivo, que contarão com a Bancada do Partido Socialista para continuarem a defender os interesses da Covilhã, dos Covilhanenses e a continuar o trabalho que têm desenvolvido". -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “Mais um ano que termina, hoje, na pré-escola EB1 de Vales do Rio. Mais uma vez temos a nossa escola EB1 de Vales do Rio sinalizada para um possível encerramento, como isto é possível? Depois de esta Junta de Freguesia ter levado a efeito um grande investimento em obras na Escola EB1 de Vales do Rio, que tem actualmente 19 alunos inscritos, o que segundo a Lei obriga a que seja colocado mais um Professor.

É triste termos a situação que temos.

Estão várias escolas no Concelho com a possibilidade de encerramento.

Hoje venho aqui perguntar e aqui solicitar o apoio da Assembleia Municipal. Solicitar o apoio da Assembleia Municipal e a todos os Partidos que estão aqui representados, pois no período que foi afecto aos Partidos não vi nenhuma intervenção sobre as Escolas.

Se há coisa que é importante, é as Escolas que existem no Concelho da Covilhã. Enquanto houver um aluno deveremos defender a Escola para cada Freguesia. Nas Freguesias Rurais a Escola não é só um ponto de estudo, é também o desenvolvimento económico que existe com a Escola aberta para a Freguesia.

Assim, solicito aqui que seja aprovada uma Moção, hoje, e estou disponível para ajudar contra o encerramento das Escolas. É o que venho solicitar e solicito isso não só para a minha Freguesia, mas também para as Freguesias todas que têm este flagelo em mãos.

A Moção é a mesma que foi apresentada no Conselho Municipal de Educação” (**doc.04**). -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Nós votámos a favor desta Moção, porque de forma coerente sempre estivemos contra o encerramento de escolas. Quer quando o Ministério de Educação indicava 10 alunos como critério, quer quando indicava 20 alunos, também, como critério. E, neste momento, a sinalização anda um pouco à volta de escolas que têm uma frequência menor a este número de alunos.

Quero saudar aqui os Eleitos, desta Assembleia Municipal, que contrariando as orientações dos seus Governos, do PS nomeadamente, que fechou milhares de escolas no País. Saudar, também, os do PSD que votaram favoravelmente esta Moção, quando o Governo deles também encerrou e continua a encerrar milhares de escolas do 1.º Ciclo em várias Freguesias e Localidades. Portanto, daí, com a minha Declaração de Voto queria dar os parabéns, bem-vindos para junto daqueles que foram sempre coerentes nesta luta”. -----

- O Senhor Pedro Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho): “Eu vou fazer uma Declaração de Voto pessoal, mas também na qualidade de representante dos Presidentes de Junta de Freguesia e fundamentalmente das oito Freguesias em causa, neste processo de encerramento de escolas.

O que está a acontecer é, efectivamente, o encerramento do Interior.

Não há votos no Interior, nós não contamos para eleger Governos?!

E, portanto, tudo vai acontecer no Interior em prol do Litoral.

E, sejam quais forem os Partidos, nós estaremos sempre contra esta atitude, nós temos que lutar, se nos fecharem as escolas não vai ser a custo pouco, não vai ser como quiserem. E, portanto, aí nós e as outras Juntas que se quiserem juntar a nós, nesta luta que é uma defesa dos Direitos Constitucionais, iremos por a fasquia alta se nos quiserem encerrar as escolas.

Mas queria chamar aqui alguns à colação, queria chamar os Professores e o Sindicato dos Professores, que não façam só greve quando está em causa a sua condição salarial, ou quando está em causa a sua avaliação, que venham para a rua agora, que marquem mais manifestações em Lisboa a defender a escola pública e os alunos, porque é isso que está em causa.

E, fica aqui o convite a dizer aos Sindicatos - marquem lá agora manifestações!

Não é a questão salarial dos professores, é verdade, não é a questão da classificação, mas é a questão das escolas e eu quero que o Partido Comunista e os Sindicatos venham connosco para a rua a defender esta causa". -----

- O Senhor Francisco Moreira: "Votámos favoravelmente esta Moção no seguimento da nossa posição, relativamente a esta matéria também aqui neste Órgão, Assembleia Municipal. A nossa posição por razões de coerência é esta: votámos favoravelmente porquanto estamos contra o encerramento de escolas. E, por outro lado, com esta nossa posição, vinculando positivamente este Órgão, reforçar as diligências que o nosso Vereador Prof. Joaquim Matias tem vindo a fazer junto dos Órgãos competentes no sentido de se evitar o encerramento de escolas no nosso Concelho". --

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: "Queria começar por dizer, com todo o respeito, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho que errou o alvo. Se há coisa que os Professores, nomeadamente a FRENPROF, tem feito é: uma acérrima defesa da Escola Pública; do acesso de todos à Escola Pública; de mais financiamento; de melhores condições para o funcionamento da educação e do ensino em Portugal. Creio que é extremamente injusta e demagógica a afirmação que aqui fez, porque eu estive na manifestação do último sábado convocada pelos professores. Estive em solidariedade com os professores e o conteúdo daquela manifestação era a defesa do horário de trabalho, de melhores salários, de mais professores nas escolas, mas era também a defesa da escola pública que ali estava presente.

Relativamente à intervenção da Bancada do PSD, é verdade que o País mudou muito, mudou com os PEC'S, com PEC I, PEC II, PEC III, PEC IV e mudou sobretudo com a Tróica. E, eu queria deixar aqui alguns sinais dessa mudança aos Eleitos do PSD - o crescimento do PIB mantém-se hoje ao nível de 2001; o défice das contas públicas no primeiro trimestre é de 5.8; a dívida continua descontrolada e o investimento público caiu para metade nos últimos 5 anos.

Dois milhões e setecentos mil Portugueses, hoje, vivem abaixo do limiar da pobreza. Extraordinária mudança, quinhentos mil postos de trabalho foram destruídos nestes últimos cinco anos; um milhão e duzentos mil desempregados, em sentido lato; quinhentos mil Portugueses emigraram. Não sei se estes números lhe dizem alguma coisa!?

Porque é neste País que eu vivo, o Senhor porventura viverá noutro País qualquer que não este.

O Senhor vive no País da Tróica, gosta da Tróica, quer a continuação da política da Tróica. Pois eu digo-lhe que os Portugueses vão derrotar a política da Tróica, nas próximas Eleições Legislativas e os Senhores vão para a oposição que é onde devem estar.

A reforma do Estado que vocês propõe: é mais despedimentos; é mais cortes de salários; é mais privatização. Os Senhores liquidaram Freguesias, abateram centenas de serviços públicos no País e sobretudo no Interior e depois vêm com esta voz cândida dizer: bem... procurando que não esqueçamos este trágico percurso que nos foi imposto... Querendo convencer novamente os Portugueses que estamos no caminho certo, quando é precisamente tudo ao contrário.

Só para lhe dar mais um último dado - nestes últimos três anos os salários são pelo menos 20% mais baixos do que eram. E, essa é uma dura realidade com que os Senhores têm de ser confrontados e uma realidade à qual não podem escapar e nós não deixaremos, em circunstância alguma, que isso aconteça. E, depois de diligências do PSD Covilhã está o Inferno cheio, porque as vossas diligências não tem resultado coisíssima nenhuma.

Mas, o assunto que me traz aqui é a abolição das portagens na A23 e, ao longo destes anos todos, os Deputados que vocês elegem para o Parlamento têm votado sempre contra a abolição das portagens na A23. O Partido Comunista Português, apesar de não ter Deputados Eleitos pelo Circulo Eleitoral de Castelo Branco, orgulha-se de ter na Assembleia da Republica uma intervenção sem igual na defesa dos interesses dos Cidadãos da nossa Região. Nesse âmbito, dia 12 de Junho, o PCP apresentou na Assembleia da Republica, mais uma vez, um Projecto de Resolução contra as portagens na A23, que aguarda agendamento para discussão e votação, procurando dar resposta a uma das facetas que impede o desenvolvimento do Distrito.

A introdução de portagens não é uma medida para combater a crise, nunca foi, pelo contrário contribui para a agravar.

Acresce que não há alternativas viáveis à A23.

A introdução de portagens suscitou um generalizado repúdio por parte das Populações, Autarquias e Associações Empresariais afectadas. O PCP associando-se a este justo protesto apresentou na Assembleia da Republica mais um Projecto de Resolução contra as portagens e pela sua abolição. Acontece que, ao longo desta legislatura, todos os Projectos de Resolução e propostas apresentadas pelo PCP tiveram sempre, lamentavelmente, o voto contra do PS, do PSD e do CDS ou a abstenção, como aconteceu uma única vez, no caso do PS. Por isso o PCP vem a esta Assembleia apresentar mais uma vez a seguinte declaração e as seguintes propostas:

Rejeitamos a concessão a privados do troço da A23, que está previsto agora, Entroncamento e Abrantes;

Defendemos o desenvolvimento de um processo de extinção da parceria público privada, que envolve os demais troços da A23, recorrendo aos mecanismos legais e contratuais que, conforme a situação aplicável, garantam da melhor forma a salvaguarda do interesse publico. A título de exemplo: o resgate, a rescisão, o sequestro ou a caducidade dessa PPP.

A Assembleia Municipal da Covilhã, como já aqui tive a oportunidade de dizer, por variadíssimas razões aprovou Moções contra a introdução de portagens na A23, a maioria delas por iniciativa da CDU. Na Assembleia da Republica PS, PSD e CDS ou se abstêm ou votam sistematicamente contra qualquer proposta que vise eliminar as portagens.

Através desta Declaração política lançamos, mais uma vez, o apelo aos Deputados pelo Distrito para que honrem o voto das Populações, deste Distrito, fazendo em Lisboa o que dizem ser necessário fazer aqui. Será assim, não com outros artifícios que passam pela cabeça de alguns que querem alterar a Lei Eleitoral, que se credibiliza a política e os políticos. Actuar de acordo com o Mandato que lhes é conferido pelo Povo em actos Eleitorais". -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “Senhor Presidente queremos utilizar o que está mencionado no artigo 34 do Regimento que prevê a defesa da honra, dado que fomos atingidos aqui com expressões que são totalmente, do nosso ponto de vista, inadequadas. Para o Partido Comunista Português, já nos habituou ao longo dos anos da sua existência, quanto pior melhor. Aliás, e lamentamos isto, ao PCP dói que Portugal não esteja como está a Grécia; ao PCP dói ao verificar os resultados que estão a ser obtidos pela actual maioria; o PCP era defensor de uma solução *Syrizada*. E, veja-se, a posição do Secretário-Geral do PCP, dando orientações ao Povo Grego, com o combate que desferiu à União Europeia, quando o Partido Comunista Grego defende a criação do Governo de salvação Nacional. É, simplesmente lamentável!” -----

--- O Senhor Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo): “Quero agradecer ao Senhor Presidente chegou a altura de por um homem pelas Juntas de Freguesia, que é o Senhor José Miguel. Já vimos que é um homem para trabalhar com as Juntas. É um homem que olha para a cara das pessoas, não olha para o chão.

Portanto, tem os meus parabéns. E, agradeço, do fundo do meu coração, ter posto um homem a olhar para o Concelho da Covilhã”. -----

--- A Senhora Eng.^a Catarina Mendes fez uma intervenção sobre as Empresas Municipais referindo: “...É a primeira vez, na história das empresas municipais, que de forma clara e transparente, se dá a conhecer à oposição e sobretudo aos covilhanenses o estado das empresas municipais do Concelho da Covilhã...” **(doc.05)** -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Sobre a questão das Escolas, queria apresentar um voto de louvor e realçar o papel de alguns intervenientes, que normalmente são esquecidos no meio desta questão, que são as Associações de Pais do Ensino Básico e do Primeiro Ciclo, que fazendo das tripas coração e sendo uns verdadeiros heróis substituem-se ao Governo, à Câmara, às Juntas de Freguesia, no que são obras nas Escolas; no que são assegurar o funcionamento dos ATL’S; no que são assegurar o preenchimento das lacunas que o Estado, inclusivamente a Câmara e as Juntas de Freguesia não conseguem lá chegar (e digo que não conseguem, mas muitas vezes também não têm meios, não estou a dizer que isto é feito propositadamente). Mas, claramente, queria aqui realçar e louvar e fazer um voto de louvor a todas as Associações de Pais deste Concelho, que têm feito este papel extraordinário e pedir à Câmara que as oiça e lhes dê todo o apoio possível na gestão desta parte das escolas que lhes está entregue.

Relativamente às intervenções do Hélio Fazendeiro, é quase um problema de esquizofrenia, no que diz respeito ao Governo e a nível Nacional – eh pá tudo está mal; isto cortam demasiado; fazem mil e uma coisas. No que diz respeito à Câmara que faz exactamente a mesma coisa ou pior e no entanto são os melhores do Mundo. Tenho de facto este problema de gerir estas coisas de dizer o certo e contrário ao mesmo tempo, mas enfim... se calhar é um problema de adaptação do que é Nacional e do que é Local que eu ainda terei que ver e terei que analisar com calma.

Relativamente à questão das Empresas Municipais não posso deixar passar em claro e vai no seguimento da proposta de recomendação que entendi submeter à Mesa e a esta Assembleia que, falou-se nas empresas municipais numa Reunião Pública, de Câmara. Agora, o que é que foi dito? Muito pouco! Quais é são os dados concretos das empresas municipais? Nenhum!

Ficamos a saber exactamente o mesmo que sabíamos antes, para além da propalação política que fizeram nesta apresentação pública, na prática e, enfim, exprimido vimos que é nada.

Da PARKURBIS e já falaremos disso a propósito da consolidação de contas que está no documento de consolidação de contas esta ginástica de números para justificar que tem mais uma Empresa em 2014. Não sabemos quais é que são os investimentos que estão a decorrer dos tais 27 milhões de euros que foram apresentados. Esperemos que existam e esperemos que estejam de facto a ser anunciados rapidamente

Relativamente à ICOVI (para além das anunciadas, de todas as questões dos 11 milhões de euros que estão a ser feitos e daquela questão de começar a casa pelo telhado relativamente à Barragem), continuamos à espera de saber quando é que lançado o concurso público para o projecto da Barragem, que não foi feito apesar de já estar anunciado que era a semana passada, não sei se é esta, como está a seguir o exemplo do Senhor Presidente da Câmara se calhar será para a semana que vem ou para uma semana qualquer no próximo ano.

Relativamente à ADC, confesso que já disse isto e acho que é a brincar com as pessoas, eu peço desculpa, andarmos aqui a utilizar chavões e justificações que não têm qualquer fundamento para justificar que não se baixa o preço da água, eu acho que é brincar com as pessoas. Quando uma empresa que tem lucros se permite mante-los, para o ano, sem reflectir esses lucros, pelo menos, na redução de alguma parte... quando a empresa que vende a água, às Águas da Covilhã, tem lucros e não se permite baixar o preço para forçar o abaixamento do preço, justificar-se em questões técnicas ou de actas ou daquilo que seja, acho que é brincar com as pessoas e peço desculpa.

Permito-me sugerir que relativamente às empresas municipais, pelo menos, já que estão tão activas, que actualizem os *sites* que têm disponibilizados ao público.

A ICOVI ainda não foi actualizada, desde 2013, continua com os mesmos objectivos com as mesmas situações.

Relativamente à recomendação que eu apresentei à Mesa..." **(doc.06)** -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Eu peço imensa desculpa, aos Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, porque o Senhor Deputado Dr. João Bernardo utilizou tempo indevido. Eu peço imensa desculpa, acho que não são comportamentos que se devam ter, em termos de Assembleia Municipal, devemos respeitar-nos uns aos outros. O Senhor Deputado entregou aqui o documento que irá ser encaminhado, como não pode deixar de ser". -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro defesa da honra: "Já se percebeu que o Senhor Deputado João Bernardo não é exemplo para nada nesta Assembleia, no cumprimento dos tempos, no cumprimento daquilo que são as normas de civilidade e de educação para se dirigir à Câmara, aos restantes Deputados e ao Executivo Municipal.

Quero dizer ao Senhor Deputado João Bernardo que ainda que possa reconhecer que tem algumas qualidades profissionais enquanto advogado (e ainda assim... enfim, como não as conheço, mas admito que as tenha, porque é formado nessa área), não lhe reconheço nenhuma competência do foro médico para vir para aqui preocupar-se com a minha saúde psicológica, apelidando-me de esquizofrénico. O Senhor Deputado não pode dirigir-se aos Deputados Municipais ou Executivo julgando-os à medida da sua personalidade, dos seus padrões, da sua conduta. Não bastou vir

para esta Assembleia Municipal falar em sacos azuis e sacos cor-de-rosa, vem agora chamar de esquizofrénicos os Deputados Municipais só porque discordam da sua opinião. O Senhor Deputado tem de se habituar a conviver com as opiniões diferentes. Não é por não concordar com as intervenções que tem o direito de lhes dar outro tipo de adjectivação.”. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Foram aqui proferidas palavras pelo Senhor Membro desta Assembleia, Hélio Fazendeiro, na qual me atingem na minha dignidade pessoal e profissional e, portanto, atribuindo-me comportamentos que não são, de todo, os princípios pelos quais eu me pauto e pelos quais eu integro e intervenho nesta Assembleia.

Aquilo que acontece, efectivamente, com o Senhor Hélio Fazendeiro é que ele tem essa dificuldade em respeitar o que são opiniões diversas e confrontado com factos não tem outra alternativa se não atacar e saltar para a frente. E, portanto, aquilo que acontece neste momento é que não é admissível, eu não faço isso a nenhum Membro desta Assembleia, não o atinjo na sua dignidade pessoal, nem profissional, nem sequer levanto suspeitas sobre a mesma. E, portanto, agradeço e exijo, do Senhor Hélio Fazendeiro, um pedido de desculpas formal perante esta Assembleia”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Neste Período Antes da Ordem do Dia e fazendo uma intervenção relativamente aos temas que já foram aqui abordados por alguns Deputados, não posso deixar de referir a última intervenção do Deputado João Bernardo e referir-lhe, a ele, que é inacreditável vir aqui utilizar expressões como *brincar com as pessoas*, atirando para a esfera da responsabilidade da Câmara o encerramento de escolas. Encerramento de escolas, esse, que o Senhor Deputado tem conhecimento de que são directivas do Estado. Directivas de um Governo do qual, ao que sei, também milita partidariamente. Isso sim é brincar com as pessoas, Senhor Deputado.

Da mesma maneira que é brincar com as pessoas quando se pretende imputar responsabilidades relativamente à redução do preço da água e à questão das Empresas Municipais quando a situação que era vivida neste Concelho era aquela que foi colocada a nu na última sessão de câmara.

Relativamente à questão do preço da água, e abordando essa temática em concreto, importa referir aqui que foram travados dois aumentos do ponto de vista da inflação por este Executivo Municipal e pelo actual Conselho de Administração das Águas da Covilhã. No entanto, e relativamente à promessa da redução do preço da água, deixe-me dizer, Senhor Deputado, que foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara de uma forma muito clara, na última sessão de Câmara, o imbróglio jurídico que está criado nessas empresas. Situações que estão por trás do contrato de concessão das Águas da Serra. Da venda dos 49% das Águas da Covilhã, o Senhor Deputado não estava, não pode saber e, eventualmente, não foi informado pelos Senhores Vereadores do seu movimento, pelo que só faltava responsabilizar-nos pela descoordenação existente dentro do Movimento Acreditar Covilhã, Senhor Deputado.

No que diz respeito ao ponto das Empresas Municipais, sublinhamos aquilo que foi referido pela Senhora Deputada Catarina Mendes, acerca da apresentação de Contas e da apresentação da situação real das Empresas.

Mais do que falar do passado, mais do que eventualmente avaliar o presente, é necessário falar do futuro. Compreendo que a si lhe custe, face aos bons indícios que esse futuro nos reserva a nível do Concelho”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “li a informação escrita da Câmara e do Senhor Presidente da Câmara e verifico, mais uma vez, que a mesma não cumpre as obrigações legais, nomeadamente (para quem tanto diz e para quem tanto apregoa que existem milhares, ou centenas, de processos judiciais em curso) não há uma única informação sobre os processos judiciais pendentes. Pegando nesta questão, do que são a fiscalização das empresas municipais, as entidades locais, a competência de fiscalização é desta Assembleia Municipal, não é da Câmara Municipal, é da Assembleia Municipal!

E, portanto, se a Câmara tem o direito de fazer, enfim, as apresentações todas que quiser, nas suas reuniões de Câmara, tem o dever e a obrigação de apresentar, a esta Assembleia Municipal, os dados concretos do que é que é a actividade concreta das empresas municipais e tenho pena de constatar que na informação escrita, na primeira sessão a seguir a essa tão propalada apresentação na reunião de Câmara, não venha uma única linha das empresas municipais. Tenho pena, porque de facto nada se conhece, nesta Assembleia Municipal, sobre as empresas municipais e peço, mais uma vez, para que o mesmo não aconteça.

Pasme-se, que até se consegue, aquilo que se consegue verificar da actividade da Câmara é que, a Câmara, consegue fazer coisas até inauditas, como sendo: a liberalização dos horários, que legalmente já são livres!

Aquilo que a Câmara terá que fazer é: restringir os horários, não liberalizá-los!

Eu acho estranho isto. Mas, de qualquer maneira, peço a informação e questiono, o Senhor Presidente da Câmara, por que razão e se existe alguma informação disponível, que a mesma seja presente a esta Assembleia Municipal”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “ao longo da discussão há intervenções que de facto trazem preocupações e há intervenções que procuram responder a preocupações. Isto, utilizando a técnica e a tática que era utilizada no anterior Mandato, por um célebre Deputado que estava no nosso convívio. Portanto, havia sempre alguém que fazia o resumo da discussão.

Portanto, não trazem preocupações, aproveitam as preocupações dos outros e depois tentam rebater. É como as declarações de voto, ninguém faz declarações de voto, mas há uma declaração de voto e abre-se logo o apetite para toda a gente fazer declarações de voto.

É que, de facto, o PS e o PSD têm aqui coisas para resolverem - são contra as privatizações; o encerramento de escolas; contra as portagens; criticam a dívida, a utilização do Estado pelo Governo, quando estão na oposição, porque quando estão no Governo fazem o mesmo, fazem o mesmo! Criticam o encerramento de Escolas. O que é que fez o PS ao longo do Mandato de Sócrates com a Maria de Lurdes Rodrigues? O que é que fez? Fechou milhares de escolas! Portanto, eu penso que devemos ser coerentes ou então resolver essa contradição - estamos de acordo, ou não, com as políticas Nacionais em relação às políticas Locais?

Em relação à informação do Senhor Presidente, muito rapidamente - de facto, a informação diz, no intróito, que contém as decisões com relevância política e condensa, de um modo geral, a actividade administrativa. Bom, eu vejo a actividade administrativa condensada!

Penso que há ali decisões, Senhor Presidente, que careciam, enfim de 5 minutos, não direi do Senhor Presidente, mas talvez o Assessor ou o Adjunto pudessem justificar, porque é que algumas medidas que estão ali registadas, qual é a estratégia política que dá suporte àquelas medidas.

Delegação de competências; apoio a Associações; adesões e enfim... alienações de participações, também não percebo, porquê estarmos a alienar participações? Qual é a justificação? Lá está a tal justificação que carece na informação. Porque é que se propõe a venda de participações na Município e não é para a Região Centro? Porquê? Eu penso que devia haver uma justificação. Aliás, uma delas apresenta resultados negativos, mas a outra apresenta resultados positivos. Portanto terá que haver, penso eu, na informação mais do que o registo.

Ficamos a saber que no Parque Industrial do Tortosendo era, de facto, um regabofe na questão dos lotes. Espero que esta Câmara consiga moralizar, um pouco, aquilo que se passou por ali.

Perguntas concretas que eu queria colocar passa um pouco por isto:

Nós tivemos conhecimento que houve a nomeação do Provedor do Município e a questão que eu colocava é se tem funcionado ou não, qual tem sido a actividade desta figura criada e aprovada nesta Assembleia?

Se o Conselho da Juventude já está instalado, se já reuniu, o que é que se decidiu, também aqui aprovada, nesta Assembleia, a sua constituição?

Quanto à factura da água, porque é que não foi reduzida? Com a redução do preço tonelada dos resíduos sólidos por parte da RESIESTRELA, no fundo que são valores que são imputados e são depois distribuídos na factura da água, não seria possível por esta via reduzir a factura, apesar dos imbróglis existentes?

A TOS ainda não foi abolida porquê? A tal taxa de ocupação dos solos que é tão conhecida, qual é a justificação? Ainda não foi abolida porquê?

E como pensa o Executivo executar no próximo ano lectivo, cumprindo com as suas obrigações, o apoio social escolar no 1.º ciclo, na vertente livros e material escolar? Estamos a falar na acção social escolar num período de crise, num período de carência, num período em que aumentam as dificuldades das famílias.

Para quando pensa intervir na estrada municipal Ourondo – Sobral de S. Miguel – Pedras Lavradas? Uma estrada estruturante que está cada vez pior, está numa picada e é necessário, naquele troço Sobral de S. Miguel às Pedras Lavradas, dotar aquela estrada de alguma segurança, onde já aconteceram acidentes, infelizmente graves. Também a estrada municipal e a ligação da Aldeia de S. Francisco de Assis a Pampilhosa da Serra, havendo a possibilidade de parceria com a Câmara de Pampilhosa da Serra, é tempo e já vem também do anterior Executivo esta situação.

O PARQ C, ponto da situação, como é que estamos com o PARQ C? Pagamos, não pagamos, negociamos, é possível negociar, é possível ainda reduzir aqueles valores que nos foram apresentados e penalizam o Município?

Em relação à Pousada da Juventude - a minha surpresa, porquê a ICOVI candidatar-se à Pousada da Juventude, quando a ICOVI não tem nas suas atribuições infra-estruturas turísticas?

Face à Lei das Empresas Locais, onde é que se encaixa a ICOVI com a gestão das infra-estruturas desportivas e culturais? É que, de facto, parece-me que não está bem explícito nos estatutos da ICOVI a possibilidade de fazer a gestão desse tipo de infra-estruturas” .-----

--- A Senhora D. Ilda Vaz (Boidobra): “Queria alertar que a Junta de Freguesia de Boidobra, desde há muitos anos, tem a gerência do ATL com cerca de 25 crianças e não existe Associação de Pais. Apoia, desde há muitos anos, a compra dos manuais escolares. Portanto, para estudar na Boidobra, tem todas as condições, é só levar as crianças para lá.

Para quando o lançamento do concurso de requalificação da estrada municipal 507, importante via de acesso à Freguesia de Boidobra e ao maior empregador privado, do Concelho da Covilhã, Paulo de Oliveira?

Requalificação da estrada municipal 506, concluído que está o processo de licenciamento do DATA CENTER da PT, para quando a requalificação da via que circunda o antigo aeródromo, estrada municipal 506, importante via de ligação entre as Freguesias de Covilhã Canhoso; Boidobra; Ferro e Peraboa?” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “A questão que gostava de colocar ao Senhor Presidente da Câmara tem a ver com o processo do Orçamento Participativo *Covilhã Decide 2016*. Foi uma iniciativa da Câmara Municipal que veio a esta Assembleia, teve as vicissitudes que conhecemos, foi recuperada no âmbito do Executivo Municipal e tanto quanto é possível saber estamos, neste momento, a meio do processo. Tendo já terminado o período de apresentação de propostas gostaria de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que desse conhecimento a esta Assembleia acerca do ponto de situação do Orçamento Participativo *Covilhã Decide 2016*”. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Senhor Presidente eu tenho reparado que, alguns Membros desta Assembleia, têm usado o Período de Antes da Ordem do Dia para desferir ataques pessoais e partidários directos a algumas forças políticas. Eu não posso deixar passar em claro aquilo que foi um ataque feito hoje aqui pelo Deputado Jorge Fael, que de resto já nos conhecemos desde o tempo da nossa Juventude e o discurso é sempre o mesmo. Eu gostava de dizer ao Senhor Deputado Jorge Fael que esse discurso não tem levado a nada o País. E, provavelmente tem levado é uma coisa: era que o País hoje estaria a levantar 60€ por dia nas máquinas multibanco.

E, dizer-lhe também, relativamente às suas lutas, o PSD Covilhã tem feito o trabalho que tem que fazer e dispensa se o Senhor está cheio ou vazio do trabalho que nós temos feito. E, dizer-lhe que, o Senhor, se quer defender os interesses das Populações, há uma coisa que tem que conseguir primeiro: é os votos nas urnas. Portanto o Senhor, se bem me lembro, representa uma força política que tem tido 8% ou 10% e portanto é com os 8% ou 10% que o Senhor tem que viver e não com mais. Portanto, relativamente a esse assunto estamos tratados.

Relativamente ao ponto concreto, dizer o seguinte: o Senhor Presidente da Câmara não está, mas não obstante hoje já me ter sido dado nota de que o requerimento que fiz, a propósito dos ajustes directos realizados pela Autarquia, na última Assembleia Municipal, está em curso a resposta, eu chamava a atenção da Câmara, nomeadamente do Senhor Presidente da Câmara de que os requerimentos feitos pelos Deputados Municipais têm prazos para ser respondidos, como é sabido, o Código do Procedimento Administrativo prevê um período máximo de 10 dias para essa resposta ser dada. No mínimo aquilo que se desejava, mesmo não havendo nesses 10 dias tempo para dar a resposta cabal que o requerimento solicitava, já agora, era útil que se tivesse dado pelo menos uma resposta prévia, dizendo que a resposta estava a ser elaborada, cumprindo assim os 10 dias. Parece-me que a Lei da transparência e do direito à informação é algo que está perfeitamente considerado e enfim se vimos aqui defender a transparência e a resposta efectiva áquilo que hoje é aqui colocado, hoje e sempre, nesta Assembleia em abono da dignidade do Órgão entendo que o cumprimento de prazos nesta matéria é relevante”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas:

“Congratulo-me pelo facto de ser Presidente de uma Câmara onde, no âmbito do Município, há uma discussão viva, forte, pujante, onde cada um exprime as suas opiniões, as suas críticas, as suas achegas, uns de uma forma mais construtiva, outros de uma forma menos construtiva. Não me canso, aliás, de em muitos fóruns onde intervenho na qualidade de Presidente da Câmara dizer que tenho um profundo orgulho em ser Presidente de um Município em que as várias forças políticas, os vários movimentos cívicos, intervêm livremente, trocam as suas opiniões de uma forma espontânea, de uma forma plural e incisiva. Saúdo por isso a discussão que há sempre nesta Assembleia Municipal.

Antes de responder às questões suscitadas pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados Municipais, que eu muito agradeço, atendo-me agora à questão da Informação Escrita. Não podia deixar de aqui referir uma questão que tem sido recorrente. Fala-se muito em outsourcings na Câmara Municipal da Covilhã e a verdade tem de ser reposta, porque muita mentira, muita falácia, muito fumo tem sido difundido em manobras de intoxicação permanente desde o início do nosso Mandato, como se o Município da Covilhã fosse uma espécie de agência de emprego ou favorecesse A, B, C ou D.

Em primeiro lugar, quem escolhe os colaboradores com que se trabalha é o Executivo. Não é a Oposição, nem a opinião pública. Com o devido respeito que temos pela Oposição e pela opinião pública

Contudo, pretendo dar-vos conta dos números que estão disponibilizados na plataforma. Conhecem o valor dos contratos celebrados pelo anterior Executivo em termos de *outsourcings*? Um milhão, cento e setenta e um mil, setecentos e setenta e sete euros e trinta e dois cêntimos! Mais, mais ainda, este dinheiro foi despendido na celebração de *outsourcings* quando a Lei ainda permitia a celebração de contratos no âmbito da Administração Pública, ou seja, a Câmara podia recorrer à contratação directa de funcionários em vez de recorrer ao *outsourcing* que naturalmente e infelizmente fica mais caro. No entanto, hoje não temos essa alternativa! Desde que este Executivo tomou posse vieram as limitações à contratação de pessoal, com a agravante de que todos os anos se reformam na Câmara Municipal da Covilhã cerca de 13 a 14 funcionários. Como não podemos contratar directamente é necessário recorrer aos *outsourcings*. Desde que tomámos posse celebrámos contratos no valor de setecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito euros e oito cêntimos, uma diferença relativa de cerca de meio milhão de euros e menos 36% do que o anterior Executivo. Portanto, um valor substancialmente inferior. Espero que esta verdade tenha ficado bem vincada, bem assinalada, porque ela é factual.

Posto isto, passo ao conjunto de questões que foram colocadas, sendo que muitas delas são ponto comum às várias Bancadas aqui representadas. Hoje, estava sedento de questões relativas às empresas municipais. Andaram a abordar quer os Senhores Vereadores, quer muitos dos Membros desta Assembleia, a dizer que *aqui d'el rei que a Câmara Municipal não dá informação sobre as empresas municipais*. Ora bem, num gesto inaudito, inédito, sem precedentes, significa isto em Português corrente *nunca feito antes*, viemos aqui a uma sessão pública, e podíamos tê-lo feito no recato do gabinete, podíamos tê-lo feito no recato de uma reunião privada, mas não, fizemos questão de o fazer aqui numa reunião pública, com a sindicância da opinião pública, designadamente através dos ilustres Jornalistas que puderam gravar, ouvir e ler a informação que aqui foi disponibilizada. Quero por isso publicamente felicitar os Senhores Representantes das Empresas Municipais pela forma objectiva, serena, imparcial, sublinho imparcial, com que aqui vieram trazer dados, informações que são absolutamente cruciais para que a opinião pública fique informada acerca da realidade que se está a passar.

Como ficou aqui patente, e porque é uma questão que volta e meia é recorrente, que é a do fatalismo e da desgraça, temos investimentos previstos num valor superior a 30 milhões de euros; temos muitos postos de trabalho, várias centenas de postos de trabalhos; temos mais empresas no PARKURBIS. Qualquer outra ideia que queiram passar a este propósito é falaciosa, não corresponde à verdade e é destituída de fundamento. Devo aqui lembrar que não me esqueço que há 24 anos foi-nos prometida uma empresa, uma célebre empresa no domínio da aeronáutica chamada Iso Delta. Isto foi em 1989. Vejam lá, já lá vão 24 anos a ouvir falar nessa empresa. Não é que essa empresa nunca apareceu? Era recorrentemente anunciada. Todos os anos a Iso Delta vinha para o aeródromo que foi destruído. Depois apareceu aí um Conde da Transilvânia também no domínio da aeronáutica, não estou a fabular, com um empreendimento megalómano, uma coisa brutal. Nunca vi cá nada disso! O que cá temos para além da PT? Empresas deslocalizadas dentro do Concelho. Ao fim de 20 anos de governação do anterior reinado (perdoem-me a expressão, estou a querer ser simpático com este eufemismo), ao fim deste tempo todo, temos o que temos. Portanto, devo dizer-

- vos que fizemos mais em 20 meses do que os outros fizeram em 20 anos de governação no domínio das empresas. Não se alimentem boatos de que a TELEPERFORMANCE... A TELEPERFORMANCE está bem e recomenda-se. Estamos a tentar várias soluções de expansão para além dos lugares previstos, estamos a conversar, estamos a trabalhar.

Também, porventura, hão-de ser surpreendidos com notícias a esse propósito. Não deixo, contudo, de registar com agrado o facto de aqui ter sido referido que a Região no seu todo e a Covilhã em particular precisa de mais competitividade. Pois precisa, efectivamente precisa. Foi também dito que devemos trabalhar todos em conjunto, e trabalhar em conjunto é efectivamente puxarmos pela moral dos nossos Concidãos, dos nossos Empresários e rumarmos todos no mesmo sentido. Termine-se com o discurso do fatalismo desgraçado de que vamos todos morrer afogados no Zêzere, mesmo quando o Verão é quente e não há lá água.

Face à problemática do encerramento das escolas a Câmara Municipal tem feito o seu trabalho e desempenhado seu papel através da pressão sistemática, contundente, com base em factos, em trabalho feito. Quero aqui saudar o trabalho do Senhor Vereador da Educação, neste domínio. Sei que ele e a equipa que o acompanha tem-se deslocado a Coimbra e a Lisboa, onde é necessário reunir, as vezes que são precisas, com os dados estatísticos, com os elementos que são necessários para fazer *lobby*, fazer pressão e exprimir a nossa posição relativamente às escolas que é obviamente contra o seu encerramento. Não se impute à Câmara outra responsabilidade que não seja esta. Obviamente que numa fase posterior há outras formas de luta que podemos adoptar, mas nesta fase, é a fase institucional, é a fase em que esgrimimos a argumentação técnica.

Relativamente à problemática da água - quero acreditar que os Senhores acreditam que estamos muito preocupados com esse problema. Efectivamente estamos a trabalhar sobre ele desde o início. Recordo que em Fevereiro de 2014, uns escassos 3 ou 4 meses após a tomada de posse, fiz uma sessão pública no Salão Nobre a falar sobre esta problemática que não é fácil de resolver.

Por isso, não pude hoje deixar de ficar perplexo por não ver aqueles que tanto bramam pela informação sobre as empresas municipais suscitar a questão da Águas da Serra. Ninguém parece estar preocupado que os Covilhanenses nos próximos 20 e poucos anos, porque este contrato tem 30 anos de duração, vão pagar cerca de 110 milhões de euros. Ninguém condena este negócio, ninguém se indigna. Mais uma empresa onde não temos qualquer participação mas ainda que a tivéssemos de nada valia. Porquê? Porque os lucrozinhos que nós havíamos de ter foram recebidos à cabeça e gastos em foguetes, em foguetório eleitoral, como era costume. A privatização dos Serviços Municipalizados foi o maior crime político que já se cometeu na Covilhã, ainda por mais podendo o Município socorrer-se de fundos comunitários à luz do que fez o parceiro privado e despende esse dinheiro em investimento. Hoje a água era nossa, o tratamento de resíduos dos afluentes eram nossos. Hoje tínhamos uma factura reduzida, um serviço eficaz e de qualidade. Mas não, temos uma factura cara e temos o serviço que temos.

Indigna-me portanto quem fala sobre a questão do preço da água com tamanha ligeireza. Por dever de ofício devia conhecer melhor o clausulado, até porque chamei a atenção diversas vezes para o acordo parassocial que foi feito. Acordo esse onde o tarifário, o preço da factura da água, é por votação unanime, se não houver unanimidade significa que, na prática, prevalece sempre a vontade de quem negociou e de quem gizou isto desde o início. Garanto, contudo, que estamos a trabalhar e vamos continuar a trabalhar afincadamente para que exista um abaixamento da factura da água.

Relativamente à questão do Orçamento Participativo - dizer que é com grande agrado que anuncio que recebemos 150 propostas excelentes, no âmbito do Orçamento Participativo. É uma acção democrática sem precedentes no Concelho da Covilhã. Pela primeira vez foram ouvidos, de forma descentralizada, em todas as Freguesias, os nossos Concidadãos, que apresentaram propostas que vão ao encontro das suas pretensões, das suas vontades e das suas necessidades. As propostas serão analisadas entre o dia 1 de Agosto e o dia 30 de Setembro e depois, enfim, manda a maioria, manda a democracia. O apelo que faço, aos nossos Concidadãos, é que votem pelas três vias à sua disposição (SMS, internet e Juntas de Freguesia) ”. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo fez um pedido de interpelação à Mesa e um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara: “Porque cada vez mais estou baralhado com isto. É que eu não sei se o Senhor Presidente sabe qual é que é o ponto da Ordem que nós estamos!? Nós estamos no Período da Ordem do Dia da Informação Escrita! E, o Senhor Presidente da Câmara veio aqui falar sobre os assuntos de Antes da Ordem do Dia e, confesso que, não respondeu a uma única questão que foi colocada a propósito da Informação Escrita. Não sei se dá por respondido a todas as questões e gostava de interpelar a Mesa para dizer ao Senhor Presidente, pelo menos, que se situe na Ordem do Dia correcta, porque doutra maneira ninguém se entende nesta Assembleia”.

2.2 – CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO ANO DE 2014

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, conjugado com a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4434 de 2015.06.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Eng.º João Nuno Serra referiu que vão manter a mesma posição assumida aquando da votação das contas, vão abster-se; o Senhor Dr. João Bernardo referiu: “perante os elementos que existem, as contradições e as inverdades que constam do documento, não me resta outra alternativa senão votar contra este relatório de consolidação de contas”; o Senhor Dr. Jorge Fael referiu: “reconhecendo o esforço que tem sido feito, a verdade é que a situação do ponto de vista estrutural, ainda não foi alterada. Não se conseguiu, ainda, alterar uma situação herdada.

É preciso sermos mais exigentes e nós faremos isso.

Por isso, o nosso sentido de voto vai no sentido contrário, vamos votar contra as contas consolidadas” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos fazendo, em simultâneo, uma apresentação em PowerPoint que fica, para todos os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Consolidação das Contas do Ano de 2014**, foi a mesma **aprovada por maioria com 27 votos a favor (PS e Presidentes de Freguesias), 5 votos contra (MAC e PCP) e 7 abstenções (PS, Acreditar, PSD e Presidente de Junta de Freguesia de Boidobra), os Senhores Eng.º Hélio Fazendeiro e Eng.º José Miguel Oliveira não votaram por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “O voto contra, no documento da Consolidação de Contas, resulta das inverdades que constam do mesmo, no que diz respeito à questão de instalação de Empresas no PARKURBIS que não correspondem à verdade. E, relativamente à questão dos números, preocupantíssimos, que existem no que diz respeito à questão dos fornecimentos e serviços externos. E naquilo, a ser verdade, que já foi aqui reiteradamente afirmado, aquando do Relatório de Contas de 2014, que os subsídios que foram aprovados em 2014 são para ser pagos em 4 anos. Se constam todos neste documento, não corresponde à verdade e como tal não podem ser aprovadas nestes termos.” -----

Foi feita, após a Discussão e Votação, a seguinte Intervenção:

- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “O Partido Socialista votou favoravelmente às Contas Consolidadas, uma vez que enaltece o trabalho que foi feito pela Câmara Municipal e pelo Grupo Municipal, neste ano de 2014.

E ao que diz respeito, nomeadamente na rubrica de fornecimento e bens e serviços externos, que quando comparada de 2013 para 2014 e quando comparamos efectivamente aquilo que pode ser comparado, ou seja Câmara Municipal mais ICOVI juntamente com Câmara Municipal mais ICOVI, existe uma redução efectiva dessa rubrica e portanto não podemos de maneira nenhuma deixar de realçar esse facto, que os mitos, que os outsourcings, aquilo que se propaguei-a por aí acaba por não estar reflectido nestas Contas Consolidadas que foram e bem aprovadas por esta Assembleia.”-

2.3 – DECLARAÇÃO RELATIVA À CONTABILIZAÇÃO DO CAPITAL DO FAM

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de Maio de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3473 de 2015.05.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Declaração relativa à Contabilização do Capital do FAM***, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**2.4 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE
MUNICÍPIO DA COVILHÃ E AS FREGUESIAS:
ALDEIA DE S. FRANCISCO DE ASSIS; PESO E VALES DO RIO**

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 12 e 19 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 2775 e 4428 de 18 e 22 de Junho de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e as Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis; Peso e Vales do Rio*** - foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**2.5 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - PAGAMENTO DA TAXA
CONTRIBUTIVA DE 5% À SEGURANÇA SOCIAL, COM AS FREGUESIAS:
ALDEIA DE S. FRANCISCO DE ASSIS; DOMINGUIO; ORJAIS; PAUL; SÃO JORGE DA BEIRA
E UNHAIS DA SERRA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2792 de 18 de Junho de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências - Pagamento da Taxa Contributiva de 5% à Segurança Social, com as Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis; Dominguiso; Orjais; Paul; São Jorge da Beira e Unhais da Serra*** - foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**2.6 – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL – PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER:
PROJECTO-LEI Nº 949/XII - CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE OURONDO (INICIATIVA DO PCP);
PROJECTO-LEI Nº 950/XII - CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CASEGAS (INICIATIVA DO PCP)**

--- Na sequência da apresentação das iniciativas legislativas, pelo Partido Comunista Português à Mesa da Assembleia da República, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos de emissão de Parecer, através do ofício n.º 101/CAOTPL, da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, de 28 de Maio de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

--- O Senhor César Craveiro (Casegas e Ourondo): “Começo por recuperar uma pequena cronologia do que foi a luta da População de Casegas, freguesia à qual estou ligado por laços pessoais, contra a reforma administrativa do território das freguesias.

- Em 16/11/2012 a esmagadora maioria da população de Casegas deslocou-se a uma reunião da assembleia de freguesia de Casegas, propositadamente convocada para o efeito. Protestávamos contra a falta de informação por parte dos eleitos locais sobre o processo iniciado com o livro verde para a reforma da administração local e depois de conhecida a Lei 22/2012 que estabeleceu os princípios, objectivos e parâmetros da reorganização territorial autárquica.

No final da assembleia e após debate entre eleitos e comunidade, foi aprovada por todos os membros da assembleia, uma moção, subscrita por mais de 500 cidadãos da freguesia, onde se contestava a reforma administrativa do território das freguesias e depois enviada ao Sr. Presidente da República, Sra. Presidente da Assembleia da República e Sr. Primeiro-Ministro.

A moção foi depois transformada em petição pública, subscrita online por mais de 800 cidadãos e enviada à Assembleia da República.

- Numa reunião, em Casegas, com dois ex-vereadores da Câmara da Covilhã, onde a população encheu o salão da Casa do Povo, mostramos o nosso descontentamento pela falta de informação e pela ausência de intervenção da Câmara e Junta de Freguesia na concretização do processo.

Entendemos que quer uns, quer outros, tiveram uma má prestação na concretização deste processo. Não temos dúvidas que lavaram as mãos deixando as freguesias entregues à sua sorte.

Todos nos lembramos das afirmações de responsáveis políticos do município, que na altura afirmavam demitir-se se fosse extinta, uma só que fosse das freguesias rurais.

- Interrompemos o trânsito, em Casegas, no dia em que decorreu na Covilhã o almoço do idoso, distribuindo um documento a contestar a reforma administrativa autárquica. Em solidariedade com a nossa luta, os idosos de Casegas decidiram não participar no almoço.

- Colocamos fachas, na freguesia, contra a reforma administrativa e agregação de freguesias.

- Estivemos aqui na assembleia Municipal da Covilhã a protestar contra a lei e conformismo dos responsáveis autárquicos. Para além de inúmeros carros particulares trouxemos um autocarro cheio de pessoas, em que cada um dos participantes pagou o seu bilhete.

- Viemos à Covilhã cantar as janeiras, depois de avisada a Câmara Municipal e Polícia, com quadras de protesto contra a agregação e contra os responsáveis políticos que aprovaram a lei. Os visados foram, naturalmente, o Sr. Presidente da República, a Sra. Presidente da Assembleia da República, o Senhor 1º Ministro, Ministro Miguel Relvas, Secretário de Estado Paulo Júlio e os Autarcas da Freguesia e Município. *(A SIC fez um uma reportagem sobre o assunto)*

- Aproveitamos o carnaval para protestar contra a reforma / agregação através dum desfile realizado em Casegas. Usamos a caricatura e a sátira contra os actores e autores da lei.

- Em 08/01/2013 enviámos ao Sr. Provedor de justiça uma extensa exposição jurídica subscrita por mais de 400 pessoas, a requerer o pedido de declaração de inconstitucionalidade da lei por violação de normas constitucionais.

Senhor Presidente, Sras. e Srs.

O que acabo de referir foram algumas acções e iniciativas levadas a cabo antes das eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013, dirigidas ao Governo enquanto único responsável pela extinção e agregação de freguesias e aos responsáveis autárquicos da freguesia e município que não souberam defender a sua autonomia.

Nunca, em momento algum, a comunidade de Casegas baixou os braços ou manifestou qualquer apoio às intenções do Governo. Sempre afirmamos estar contra a agregação de Casegas com a freguesia A ou B, fosse ela mais ou menos importante - maior ou menor.

Chegados a esta situação para a qual a comunidade onde nasci e vivo, não teve qualquer responsabilidade, reafirmo aquilo que sempre dissemos - antes e depois da publicação da Lei 11-A/2013, que deu cumprimento às obrigações de reorganização administrativa do território das freguesias.

Defendemos a autonomia e independência de todas as freguesias.

Repito: Defendemos a autonomia e independência de todas as freguesias

- Não tenho dúvidas que com a eliminação drástica de Freguesias, ficou reduzida a participação política, eliminou-se a proximidade entre os titulares dos órgãos públicos e os cidadãos e retirou-se expressão aos interesses locais.

- Felicito o PCP pela iniciativa ao apresentar os projectos de lei 950/XII e 949/XII, para a criação das freguesias de Casegas e Ourondo.

- Felicito os senhores deputados que subscrevem as propostas de lei, pelo excelente trabalho de caracterização de ambas as freguesias.

- Quero aqui afirmar que em 11 de Abril, tendo conhecimento que o senhor deputado José Luís Oliveira, do Partido Ecologista os Verdes, se iria deslocar ao Ourondo, enviamos-lhe um email onde afirmávamos que a População de Casegas e os eleitos apoiariam de forma incondicional todas as iniciativas que visassem repor a autonomia das freguesias de Casegas e Ourondo.

- Também em 26 de Maio e após conhecimento dos projectos de lei 950/XII e 949/XII, enviámos ao líder parlamentar do PCP, Senhor Dr. João Oliveira, um email onde lhe transmitimos o apoio incondicional da comunidade e dos eleitos da União de Freguesias, à iniciativa do Partido Comunista Português.

- Em 10 de Junho a Junta de freguesia deliberou por unanimidade dar parecer favorável às iniciativas legislativas.

Também em 13 de Junho a assembleia de freguesia em sessão ordinária, deliberou por unanimidade dar parecer favorável aos Projectos de Lei 950 e 949/XII.

- Quero aqui deixar algumas preocupações sobre a posição que o Partido Socialista e o Dr. António Costa vêm defendendo nesta matéria e que me parecem não ser suficientemente claras e tranquilizadoras.

- Na Agenda para a Década pode ler-se que António Costa quer “solicitar aos órgãos dos municípios e das freguesias a avaliação objectiva dos resultados da fusão/agregação para, em função dessa análise, corrigir os casos que se revelem ter sido mal decididos”. Estou em crer que a maioria foi mal decidida e contra a vontade das populações.

- Já o antigo líder do PS, Dr. António José Seguro, era mais claro nas intenções que tinha, ao afirmar em Junho de 2014 que se o PS fosse Governo as freguesias agregadas voltavam a ser autónomas.

- Em 10 de Junho, como atrás referi, a Junta de Freguesia deliberou dar parecer favorável aos projectos de Lei do PCP por estarmos convictos que se os Projectos de Lei ganharem forma e força de lei, se irá assistir à reposição de um quadro de legalidade e de justiça, que desejamos e com o qual não podemos deixar de concordar.

Entendem os eleitos da União de Freguesias e assim o disseram na deliberação que:

1- a agregação de freguesias foi o maior ataque até hoje feito à autonomia das Freguesias e que no caso de Casegas e Ourondo foi uma "experiência" muito negativa, sem fundamento material suficiente para a discriminação de que foram alvo ambas as freguesias.

2- a agregação de Casegas e Ourondo foi penalizadora para ambas as populações e não trouxe robustez da sua massa crítica e da sua dimensão política.

3- que com isso não se reduziram custos, mas aumentaram pela necessidade de deslocar meios e trabalhadores entre os aglomerados urbanos de Casegas e Ourondo/Relvas, distanciados 8 Kms entre si e ligados por uma estrada sinuosa, quase intransitável.

Defendemos, que as freguesias, enquanto elementos imprescindíveis de ligação local dos cidadãos ao Estado, constituem células de dimensão reduzida em termos de peso orçamental e que só a sua autonomia permite uma relação de proximidade e confiança entre eleitos e cidadãos.

Naturalmente como se pode apreender da minha intervenção irei votar favoravelmente os projectos de lei do PCP, 949/XII e 950/XII referentes à criação das freguesias de Casegas e Ourondo”;

- O Senhor Prof. Reis Silva: “como é evidente, se discordámos da agregação das Freguesias, o Grupo Parlamentar tinha o dever de trabalhar no sentido de produzir Projectos de Lei, para que onde se agregou e, pelo menos, as situações são mais conflituosas entre as Populações agregadas se resolvesse, ou se procurasse resolver esse problema. Mas a ideia, de facto, é repor a situação anterior. Nós, desde o início estivemos contra a agregação das Freguesias, quer sejam na área urbana, quer na área rural. Aliás, assistimos nesta Assembleia Municipal a discussões muito acaloradas, como disse o Senhor Presidente de Junta e muito bem, até houve aqui afirmações que se alguma Freguesia Rural fosse agregada que pediam a demissão. Elas foram agregadas e ninguém pediu a demissão, essa é a verdade.

Tendo nós conhecimento desta iniciativa do Grupo Parlamentar e tendo, também, alguma sensibilidade pela proximidade com a População de Casegas e a População do Ourondo, com os Membros da Comissão que mantiveram a luta e viva. Essa luta de resistência contra esta agressão às Freguesias e às Populações, porque tratou-se foi disso.

O tal economicismo que esteve presente nesta acção, nesta reestruturação administrativa, possivelmente na economia não chega a 1% do Orçamento de Estado, foi imposição da tal Tróica e continua a ser imposição da Tróica - reorganização administrativa do Estado. Atacou-se o sector mais frágil, foram as Freguesias, à margem da vontade das Populações, à margem da vontade dos seus Eleitos foi imposta esta reorganização. Quando a política, na minha opinião e penso que de nós todos, deve estar ao serviço das pessoas e das Populações. Neste caso, esteve contra as Populações e foi uma agressão que foi feita, mas não nos podemos esquecer que foram as tais exigências da Tróica.

Eu não quero agravar posições, porque a perspectiva é do consenso e da aprovação do parecer positivo, penso que é nesse sentido, mas agradecer aqui ao Professor Casimiro Santos que trabalhou o preâmbulo, quem o trabalhou não foram os Deputados da Assembleia da Republica, a preparação dos documentos foi feita no Concelho da Covilhã. A proposta de Casegas foi o Professor Casimiro Santos, a justificação, o preâmbulo e depois os Deputados fazem os últimos dois artigos da proposta da criação da Freguesia de Casegas. E, no Ourondo foi o Camarada Carlos Gil que preparou o documento.

Porque os Deputados, como é evidente, têm muitas tarefas e nós, localmente, tivemos que dar esta colaboração e pedimos a colaboração de quem conhece as Comunidades e, tem estudo e, tem trabalho feito sobre as mesmas. Penso que este registo é de se fazer, agradecer ao Casimiro, agradecer ao Carlos Gil e também, como é evidente, enaltecer o espírito de luta da População do Ourondo e de Casegas, que também não esteve de braços cruzados neste processo. Porque, de facto, lutando por aquilo que julgamos e que pensamos que são os nossos direitos, penso que é possível levar este assunto e esta questão das Freguesias a bom porto”; -----

- O Senhor Francisco Moreira: “só para recordar que o PSD participou no debate público relativamente a esta reforma e queremos aqui recordar qual foi a nossa posição.

Utilizámos na altura, em que participámos no debate, uma expressão que equivalia a isto: alguma tolerância relativamente às Freguesias na Cidade, a Cidade da Covilhã poder ter somente uma Freguesia, mas quanto às Freguesias Rurais ZERO. Foi a posição do PSD relativamente a esta Reforma e a nossa posição, hoje, mantém-se.

Na altura houve alguém, um Companheiro nosso Deputado Municipal, que caracterizou esta nossa posição de muito corajosa e nós mantemos esta nossa posição. Não aceitamos a extinção de qualquer Freguesia Rural. Esta é a posição do Partido Social-Democrata, que fique claro. Porque entendemos que o poder mais próximo das Populações resolve muitos problemas, traz economia no plano da administração directa de determinadas obras e ajuda a própria Sede do Município relativamente à gestão do próprio território. Porque consideramos importante deixar isto claro, para que não haja dúvidas, a nossa posição vai ser de votar favoravelmente esta proposta que vem aqui hoje, independentemente da coloração política que ela tem”; -----

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira “relativamente a esta matéria e relativamente a esta reforma administrativa levada a cabo pelo actual Governo, facto importante que convém não esquecermos. Reforma administrativa, esta, feita a régua e esquadro sem ter em consideração aquilo que foi a vontade expressa desta Assembleia, à qual o Partido Socialista também se associou, havia um consenso generalizado relativamente à união das Freguesias Urbanas, da Cidade da Covilhã e um

total repúdio relativamente a qualquer tipo de agregação das Freguesias Rurais. Foi esta a posição que o Partido Socialista da Covilhã defendeu. É esta a posição que o Partido Socialista da Covilhã actualmente defende, de forma coerente e de forma efusiva junto até, inclusivamente dos Órgãos Nacionais. Aliás, é importante também referir que o António Costa, o actual Líder do Partido Socialista, já deu sinais que esta situação não é um capítulo fechado. E, portanto, é muito bem possível que esta Assembleia, ou eventualmente outros Órgãos se possam vir a ter que pronunciar relativamente a esta reforma administrativa que foi mal feita, sendo um desígnio do PS corrigir uma injustiça que foi cometida pelo actual Governo

Uma vez que foi um dos temas centrais deste debate, nesta Assembleia, a honestidade política. Também não posso deixar, de forma honesta, de enaltecer o Grupo Parlamentar do Partido Comunista, as pessoas envolvidas na elaboração desta proposta que, como é óbvio, contará com o voto favorável do Partido Socialista”; -----

- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “em nome do Movimento Acreditar Covilhã venho expressar ao Povo do Ourondo e de Casegas os nossos parabéns, pela forma consistente e titânica com que mantiveram a sua luta. Que hoje aqui, julgo, iremos aprovar por unanimidade, esta proposta do Partido Comunista Português. E, dar-lhes os parabéns, porque quem não desiste dos sonhos, normalmente, atinge-os”; -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “a coerência em política deve ser evidenciada e queria, antes do mais, saudar a intervenção que aqui produziu o Senhor Presidente Junta, agora desta União de Freguesias de Casegas Ourondo, que dum forma muito explicita deixou claro que não é, nunca foi, nem será a favor da junção das duas Localidades, das duas antigas Freguesias, defendendo e propugnando a sua respectiva autonomia. Acho que é uma posição correcta e está a ser também coerente. Coerente tem sido também a luta, o trabalho do Movimento dos Cidadãos do Ourondo que também com galhardia e com determinação vêm defendendo a autonomia da antiga Freguesia. Este foi, como eu costumo dizer, um casamento forçado, nem sequer foi de conveniência, foi forçado e portanto em direito os casamentos forçados são nulos, aqui a metáfora é apenas para ilustrar a situação, porque há uma Lei a determiná-lo e essa Lei está profundamente errada. Na altura, eu era Vereador na oposição, propus formas de luta frontais, em massa, que viéssemos para a rua de uma forma ordeira, de uma forma correcta mas determinada e firme, enfim, na altura optou-se por um simulacro de referendo. Foi um simulacro, sabendo à partida que o mesmo era impossível de realizar por não ter enquadramento legal. E portanto, tal como então, continuo a defender que estas duas Freguesias devem ter a sua autonomia bem como outras que possam reivindicar esse estatuto. Temos que arranjar aqui um ponto de equilíbrio, porque se é certo que nalgumas Localidades a junção, a união das freguesias foi pacífica, e nalguns casos resultou da natural convergência de vontades. A verdade é que em muitos sítios, e este é o caso paradigmático, isso não resultou e está a criar problemas, porque não há harmonia, não há paz, não há coexistência pacífica das duas Localidades. Queria também e também por uma questão de princípio saudar esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” no sentido de apresentarem este projecto, bem sabendo nós que, infelizmente, estará porventura votado ao fracasso, mas é simbolicamente uma posição firme e uma posição à qual eu acho que outros Partidos se deviam associar e estou certo que outros Partidos se

vão associar quando chegar a hora da votação. Eu sei que o Partido Comunista Português defende, no fundo a revogação da Lei que impõe esta obrigatoriedade da união de freguesias, mas não pude deixar também de ler outros programas eleitorais e, por exemplo no programa eleitoral do PS lê-se que existe a vontade de corrigir os erros da extinção de freguesias a régua e a esquadro e pretende-se avaliar a reorganização territorial das freguesias estabelecendo critérios objectivos que permitam às próprias autarquias aferir dos resultados da fusão/ agregação e corrigir os casos mal resolvidos. Isso para mim parece-me claro na leitura que faço como Cidadão e como Presidente de Câmara é que me revejo nesta intenção que é a de as Assembleias Municipais, as Câmaras Municipais, as Assembleias de Freguesia e as Juntas de Freguesia, se assim o entenderem alterarem estes casos flagrantes. De resto também defendo que não se deve fazer tábua rasa das boas uniões, porque houve por este País fora, já que houve situações como as de Lisboa, que é um caso paradigmático. Devo salientar que votámos por unanimidade, todos os Membros do Executivo anterior, a iniciativa de juntar as Freguesias da Cidade que foi uma situação pacífica portanto fazer tábua rasa da Lei também não concordo. Agora eu acho é que estes casos flagrantes, estes casos complicados em que não há vontade de união deve efectivamente ser atendido. Cá estaremos para se e quem ganhar as Eleições quiser alterar esta situação, cá estaremos para a trabalhar, para a discutirmos e para alterarmos este estado de coisas”; -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “o que nos pedem, ao fim-e-ao-cabo, à Assembleia, é produzirmos um parecer favorável, ou não, em relação aos projectos de Lei 949 e 950. Portanto eu iria por de imediato à votação o parecer favorável”. -----

--- Colocada a Proposta à votação – ***foi deliberado emitir parecer favorável ao Projecto-Lei nº 949/XII - Criação da Freguesia de Ourondo (iniciativa do PCP); e ao Projecto-Lei nº 950/XII - Criação da Freguesia de Casegas (iniciativa do PCP) com 40 votos a favor (PS, MAC, PCP, PSD e Presidentes de Freguesias) e 1 abstenção (PS).*** -----

2.7 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º LEI 75/2013

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 2795 de 2015.06.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu a utilização dos documentos, remetidos pela Câmara Municipal, como base de trabalho e propôs para a constituição do Grupo de Trabalho os Líderes Parlamentares e um Representante das Freguesias. -----

--- Foi constituída uma Comissão composta pelos Líderes Parlamentares e pelo Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão, Presidente da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho. -----

**2.8 – REORGANIZAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL – PROPOSTAS
DE CANCELAMENTO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS:**

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, EM, SA;

WRC-WEB PARA A REGIÃO CENTRO, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EIM, SA;

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas na reunião de 15 de Maio de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através dos ofícios n.ºs 3452 e 3461 de 2015.05.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- Senhor Prof. Reis Silva questionou se o serviço prestado, por estas empresas, não tem sido útil e se a Câmara Municipal não prevê vir a necessitar dele no futuro. -----

- Senhor Dr. João Bernardo solicitou esclarecimentos, porque a única documentação que foi disponibilizada, aos Membros da Assembleia, foram as deliberações de Câmara e disse: que acha que a deliberação de cancelamento da participação não é, sequer, juridicamente aceitável.

“Ou se vai alienar, ou a empresa é extinta, ou donação de sócio que, nas sociedades comerciais, tem regras próprias.

É preciso salvaguardar qual é que é o tipo de cancelamento de que estamos a falar, quais é que são as consequências e verificar a situação das empresas. Uma vez que dão lucro, por que razão é que saímos?” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “em relação a este ponto queria destacar duas ou três coisas. Em primeiro lugar das empresas que estamos a falar e para enquadrar aquilo que vai ser o sentido de voto do Partido Socialista.

A Município é uma empresa municipal, que está sediada em Oeiras, que trabalha na área da cartografia e dos sistemas de informação e que, curiosamente este ano deu lucros. Aliás, uma das obrigações, que decorre da Lei 50, é que as empresas municipais que, consecutivamente, dêem prejuízo ao longo de alguns anos o caminho será encerrar. Bom, se nós analisarmos o passado das contas desta empresa municipal, porventura constatamos que tem dado prejuízo e grandes prejuízos. Aquilo que eu interpreto que seja a intenção do Município, com esta reorganização e com a cedência de posição contratual é que, quando a empresa dá prejuízo o Município tem que suportar esse prejuízo, vamos chegar ao dia em que o prejuízo acumulado, dos anos anteriores, já não são

cobertos pelo valor da quota. Parece-me que é uma acção de boa gestão, do Município, fazer a alienação desta participação.

A WRC é uma empresa que gere o Parque de Ciência e Tecnologia da Cúria, qualquer coisa como o PARKURBIS na Covilhã. É um contra senso nós termos o PARKURBIS sediado na Covilhã, que tem como missão o desenvolvimento e a parte económica e tecnológica no Concelho da Covilhã, e sermos accionistas de uma outra empresa que tem, exactamente, a mesma finalidade.

Parece-me que é, também com todas as implicações que isto pode ter, nomeadamente ao nível dos prejuízos que devem ser assumidos pelos accionistas, uma medida de boa gestão a Câmara Municipal fazer esta alienação de participações. E, portanto, quero dizer e com isto fazer a declaração de voto, o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto”. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou: “a Município dá prejuízo e tínhamos que agora transferir cerca de 20 mil euros, esses nossos 20 mil euros podem ser mais bem empregues noutra sítio do que numa empresa que está condenada ao fracasso. A verdade é que mandam as boas regras, os bons princípios de gestão que não acompanhamos esta empresa, a retirada é o melhor. Na outra, é uma evidente duplicação, se nós temos um Parque de Ciência e Tecnologia que tem o *Know-how*, tem as pessoas, os técnicos e as competências específicas para o efeito, porque é que havemos de estar associados, neste caso concreto, a uma outra empresa com idêntico objecto social, idêntica finalidade, idêntico escopo? E, portanto, quer num caso, quer noutra, acho que existem evidentes razões, ponderadas razões, para deixarmos de pertencer, ou de ter participações sociais nelas”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Reorganização do Sector Empresarial Local - Propostas de cancelamento de participações sociais: Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; WRC-WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA;** foi a mesma aprovada por maioria com **40 votos a favor (PS, MAC, PSD, PCP e Presidentes de Freguesias) e 1 abstenção (MAC)**. -----

2.9 – PROCESSOS DE VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS – ADESÕES DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ:

CIEBI - CENTRO DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL DA BEIRA INTERIOR;
ADERES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA SUL;
ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS SEFARAD

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas na reunião de 15 de Maio de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 3478, 3480 e 3481 de 2015.05.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Processos de Visto Prévio do Tribunal de Contas - Adesões do Município da Covilhã: CIEBI - Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior; ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul; Associação Rede de Judiarias de Portugal - Rotas Sefarad** foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

2.10 – ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ, PORTUGAL E O GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE, S. TOMÉ E PRÍNCIPE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea t), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4433 de 22 de Junho de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- Senhor Francisco Moreira: “Nós reputamos de grande importância todas as iniciativas que promovam a proximidade entre os Povos e consequente abertura de novos mercados. Agora, parece-nos que não é só fazer este tipo de acordos, é necessário haver depois um feedback de quem assumiu a responsabilidade de validar e legitimar esta proximidade. Nós vamos votar favoravelmente”. -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Quero felicitar a Câmara Municipal por esta iniciativa. O Executivo andou bem neste acordo de geminação, não só pela rapidez com que o fez, mas pela forma como o fez. Conseguiu, neste acordo de geminação, densificar um conjunto e corporizar um conjunto de acções que nos vão permitir, e tenho esperança que assim vai acontecer no futuro, retirar mais-valias sociais e económicas para o Concelho da Covilhã e para os nossos Concedados. E, nesse sentido e por essa razão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, votará favoravelmente esta proposta”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse concordar inteiramente com o referido pelos Senhores Deputados Municipais que usaram da palavra e informou:

“Conseguimos num tempo record, um pouco mais de dois meses, estes quatro acordos que não são só com a Câmara, nem são para turismo. São com finalidades muito claras.

A Ilha do Príncipe é uma ilha pobre, onde nem uma corporação de bombeiros existe. É verdade que lá não há incêndios, a não ser alguma trovoadas mais complicada que, também, não terá graves consequências, mas se lá houve um sismo, se lá houver um *tsunami* é preciso protecção civil. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã já se predispôs, também, a organizar a protecção civil da Ilha do Príncipe.

A Ilha do Príncipe tem graves carências a nível educacional, a nível de formação e precisam, o Presidente do Governo Autónomo do Príncipe transmitiu-me, de um bom centro de formação profissional. Acho que a Universidade da Beira Interior, o protocolo que se celebrou e outros que se podem vir a celebrar com outras Entidades formativas, estou-me a lembrar da AFTEBI e de outro tipo de Associações, podem ajudar esta pequena Região Autónoma a ter uma vida melhor. Mas não descuramos, como não podia deixar de ser, em nome do princípio da reciprocidade e da solidariedade, também de tirar partido da excelente posição geoestratégica que tem a Ilha do Príncipe. A Ilha do Príncipe tem um Governo estável, é uma democracia, tem bons contactos com toda a África Central, estamos a falar de um mercado de cerca de trezentos milhões de pessoas, repito trezentos milhões de pessoas, não são trinta mil, são trezentos milhões de pessoas e pode funcionar exactamente como uma plataforma logística para os nossos Empresários que queiram abalançar-se em termos empresariais por aquela África dentro. E, portanto, nada melhor do que ter uma base logística num Governo estável, numa sociedade pacífica, serena, calma, administrativamente também estável e acho que faz todo o sentido que nós aprofundemos as relações com esta Região Autónoma”. -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Nós valorizamos este acordo e associo-me às intervenções prévias. No entanto, queria deixar nota de que quem autoriza o Município a assinar acordos de geminação é a Assembleia Municipal. Creio que teria sido interessante a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária antes da assinatura do acordo de geminação, envolvendo a própria Assembleia Municipal nesse acordo de geminação, porque vamos, no fundo, autorizar uma coisa que já está assinada. Trata-se de uma ratificação e não de uma autorização.

Eu não sou muito legalista, nem formalista, mas creio que no pleno respeito do relacionamento institucional entre os Órgãos Autárquicos e sublinhando a importância que teria sido envolver e estamos sempre a tempo de envolver a Assembleia Municipal, também, naquilo que é “política externa” do Município e dos próprios Órgãos Autárquicos. Creio que teria sido importante fazer este acordo de geminação respeitando aquelas que são as atribuições e competências da Assembleia Municipal”. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu: “Ora aqui está, isto é fazer política de forma séria e correcta. E, nestas situações não me custa nada dar a mão à palmatória.

Em nome do rigor da Lei o processo era inverso. Era tão benéfico e tão evidente o benefício desta relação, desta geminação, que partimos do pressuposto que, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, dariam a vossa anuência a um acordo desta importância. Sendo certo que, no futuro se deve fazer o processo inverso, começarmos aqui a discussão e avançarmos, posteriormente para os acordos concretos”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Acordo de Geminação entre o Município da Covilhã, Portugal e o Governo da Região Autónoma do Príncipe, S. Tomé e Príncipe**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. Paulo Tourais: “Nós votámos favoravelmente este acordo, pese embora o facto de, realmente e como referiu o Deputado Jorge Fael, aqui se começar a casa pelo telhado. É, de facto, uma competência da Assembleia Municipal autorizar e não ratificar”. -----

2.11 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS:

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, através do ofício n.º 4430 de 22 de Junho de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma proposta, pelo Grupo Parlamentar do PS, a indicar o Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão, Presidente da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho (**doc.07**). -----

- Submetida, de seguida, a proposta a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	39
- Número de votos “a favor”	32
- Número de votos “contra”	04
- Número de votos “em branco”	03

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão, Presidente da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho**. -----

COMISSÃO MUNICIPAL PROTECÇÃO CIVIL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de Junho de 2015, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4484 de 24 de Junho de 2015 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma proposta, pelo Grupo Parlamentar do PS, a indicar o Senhor Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo, Presidente da Junta de Freguesia do Ferro **(doc.07)**. -----

- Submetida, de seguida, a proposta a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	39
- Número de votos "a favor"	31
- Número de votos "contra"	05
- Número de votos "em branco"	02
- Número de votos "nulo"	01

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo, Presidente da Junta de Freguesia do Ferro**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Foram intervenientes:

--- O Senhor Tiago Costa, por não poder estar presente, enviou um *email* com as questões **(doc.08)**.-

--- O Senhor Nuno Almeida colocou questões, como representante dos moradores do Bairro da Biquinha, **(doc.09)**. -----

--- O Senhor Luís Matos colocou questões sobre os limites das Freguesias de Teixoso e Orjais. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou os Senhores Munícipes que irá analisar as situações. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,